

Saúde pública ecológica

Em 1923, Winslow definia SAÚDE PÚBLICA como a ciência e a arte de prevenir a doença através do saneamento do ambiente, o controle das infecções na comunidade e a educação dos indivíduos sobre princípios de higiene pessoal.

Hoje, Ilona Kirckbusch define SAÚDE PÚBLICA como a ciência e a arte de promover a saúde através de uma abordagem social e ecológica que tenha presente o modelo de um ecossistema humano.

Ambos estão certos. Ambos pensam em função das condições e dos fenómenos próprios da sua época. Só que entre os pioneiros da SAÚDE PÚBLICA dos finais do século XIX e os especialistas do ocaso do século XX medeia um intervalo de cem anos de lições de que beneficiam os últimos.

São estas lições que levam à presente proclamação de uma *nova saúde pública* e à defesa, para ela, de uma nova agenda de questões a serem tomadas em consideração.

Uma postura de princípio separa as escolas das duas épocas: os pioneiros pensavam em termos de resultados imediatos, enquanto os contemporâneos estão motivados para orientações e decisões projectadas no tempo, ou sustentadas.

Dá que se fale hoje em *futuro saudável sustentado*, querendo significar a capacidade de o desenvolvimento social e económico ir ao encontro das necessidades colocadas pela geração actual sem comprometer a capacidade de as próximas gerações satisfazerem expectativas e necessidades próprias.

Os pioneiros adoptaram orientações restritas e visando alvos precisos, como a prevenção das doenças transmissíveis e os sistemas de saneamento básico, que traduziram iniciativas cheias de sucesso.

Hoje, a opção vai no sentido abrangente e holístico da ecologia global, que abarca os meios físico, cultural, económico e social. Segundo Ilona Kirckbusch, «a SAÚDE PÚBLICA é multisectorial no âmbito, ecológica na perspectiva e colaboradora na estratégia».

Chegamos, assim, ao conceito de *saúde pública ecológica*, uma resposta para novos riscos ecológicos associados com a organização cultural, social e económica das sociedades, com as tentativas de não só pôr em destaque as interacções entre o corpo, a mente e o espírito, mas também de relacionar a saúde com o conceito mais dilatado de um ecossistema que luta por encontrar um equilíbrio e uma estabilidade.

Neste conceito hodierno, a ideia de «políticas de carácter público saudáveis» propõe-se ligar o movimento ecológico com o movimento para uma *nova saúde pública*.

O conceito de «políticas saudáveis para o sector público» trespassa ao longo de toda a Carta de Otava (1986) e das recomendações de Adelaide (1988), nas quais se torna expressa a preocupação quanto à saúde e à equidade nas orientações políticas de todos os sectores da sociedade e quanto à responsabilização pelos seus impactes na saúde.

Entretanto, a *nova saúde pública* não detém o monopólio desta ligação íntima ao movimento ecológico. Partilha-a com o desenvolvimento (com o qual gosta de se fazer acompanhar), como se constata pelo relatório Brundtland «Our common future» (WCED, 1987), que discorre sobre a estratégia para um *desenvolvimento sustentado*, não comprometedor do futuro, segundo o qual a tomada de decisão integra não só componentes económicas, mas também ecológicas.

Diz-se que a história se repete. A geração do final do século XXI dirá se a SAÚDE PÚBLICA segundo o modelo ecológico, bem como os critérios e valores por que se rege, eram correctos e prevaleceram numa visão do que é o *bem* para o planeta Terra e para a Humanidade.

1. Adelaide Zinha